

# Inflação e desemprego



**Governo tem de trabalhar, em 1997, para não desperdiçar a melhoria de bem-estar**

Como cidadão brasileiro de 49 anos e como economista, venho acompanhando e vivendo os momentos e movimentos da economia brasileira pelo menos desde meados da década de 60. Nesses últimos 30 anos, só me lembro de dois períodos em que se pôde afirmar com segurança que se observou uma nítida e evidente melhoria do bem-estar geral: os quatro anos de 1970 a 1973 e agora, mais recentemente, os três anos de 1994 a 1996 (será que as vitórias nas duas Copas ajudaram em alguma coisa?). Há quem diga que as décadas de 40 e 50 também tiveram as suas fases de elevado bem-estar no Brasil, mas as estatísticas não destacam nada demais. Podem-se pinçar alguns outros anos desde meados da década de 60 — como 1980 ou 1986 —, mas nada se compara àqueles dois períodos. Na verdade, muitos já classificaram 1970/73 como o período do chamado “milagre brasileiro” e uma revista semanal já andou falando de um “novo milagre brasileiro”, de 1994 para cá.

Há várias questões interessantes para serem levantadas nessa análise comparativa dos períodos “milagrosos”. Inicialmente, as estatísticas frias. Logo após, uma tentativa de explicar esses “milagres”. A seguir, uma avaliação do maior ou menor peso da inflação e do desemprego na sensação geral de bem-estar — o que certamente tem implicações de natureza política. Mais adiante, algumas considerações sobre a existência — ou não — de conflitos ou dilemas entre as duas coisas, isto é, inflação versus desemprego. Finalmente, uma tentativa de definir o que seria uma posição ótima em matéria de bem-estar para a sociedade, bem como um palpite otimista de que podemos estar chegando a essa tal posição (antes do final do século).

As estatísticas — que caracterizam “os milagres” — são as que se seguem. Em 1970/73, a economia brasileira cresceu a taxas anuais de 10% ou mais, por quatro anos seguidos (façam as contas com juros compostos), sem que houvesse grandes pressões sobre a taxa de infla-

ção, que permaneceu — dependendo do índice utilizado — na faixa de 20% ao ano ou menos de 2% ao mês. A inflação foi trazida de 2.000% ao ano, em 1993 e início de 1994, para 10% ao ano em 1995/96, sem que houvesse forte impacto recessivo sobre a atividade econômica, com o crescimento anual do PIB real mantido a taxas positivas, se bem que muito inferiores às médias históricas.

O “milagre” de 1970/73 se evidencia

em comparação com as taxas históricas de crescimento da nossa economia, que sempre demonstraram o dinamismo do País, superando a maioria dos países, com médias na faixa de 6% ao ano, mas jamais haviam atingido uma evolução tão rápida de forma continuada — nem antes nem depois. Já o “milagre” de 1994/96 se caracteriza pelo fim da inflação, uma autêntica surpresa para a maioria dos brasileiros, sobretudo os que nasceram nos pós-guerra.

Além das vitórias nas Copas, existem duas outras coincidências importantes que nos ajudam a entender os fenômenos macroeconômicos de 1970/73 e de 1994/96: a existência de uma enorme capacidade ociosa de produção no início de cada período e uma situação extremamente favorável de oferta internacional de recursos. Essa ociosidade e esse financiamento internacional possibilitaram o rápido crescimento sem aumento da inflação na década de 70 e a queda da inflação sem recessão agora no meio da década de 90. O fato de termos tido mais crescimento e mais inflação no primeiro movimento e vice-versa no segundo movimento deve-se — na minha opinião — à diferença entre o gradualismo do combate à inflação nas décadas de 60/70 e o tratamento de choque que foi o Plano Real de 1994.

Quando se fala em bem-estar geral, cabe uma pergunta que interessa diretamente aos políticos: o que conta mais — uma inflação baixa, um desemprego baixo ou só os dois juntos? Será que nós éramos felizes e não sabíamos ou agora é que somos felizes e ainda não sabemos? Esse tipo de análise de bem-estar é mais complicado ainda porque um dos períodos “milagrosos” aconteceu na

época da ditadura (o que sempre causa análises emocionais) e, obviamente, o período mais recente ainda não acabou e conseqüentemente não pode ser avaliado com o necessário distanciamento histórico.

O próprio presidente Médici dizia, em 1970/73, que a economia ia bem, mas o povo ia mal. Os críticos atuais andam dizendo que a economia está numa autêntica armadilha de crescimento baixo, ou seja, não se caracteriza uma recessão — no sentido de taxas negativas de crescimento — mas é certo que taxas abaixo de 6% ao ano estão provavelmente aumentando o desemprego no País. Aparentemente, a percepção de bem-estar era incompleta em 1970/73 e o mesmo acontece em 1994/96. O crescimento rápido dos 70 não parecia agradar completamente, assim como o fim da inflação neste governo também não parece suficiente. A pobreza e a miséria certamente diminuíram nos dois períodos, mas nem todos estão contentes.

É lógico que, se não existisse nenhum conflito ou dilema no curto prazo entre inflação e desemprego, a vida seria fácil para os políticos e economistas. As metas seriam inflação zero e desemprego zero de forma simultânea. Mas o mundo real é mais complicado. A despeito dos milagres de 1970/73 e 1994/96, o dilema existe. É mais fácil parar uma hiperinflação sem recessão — como se viu em 1994 — do que manter a inflação próxima de zero sem aumentar o desemprego. É mais fácil crescer a taxas de dois dígitos sem inflação por um certo período — como se viu em 1970 — do que retomar um

crescimento mais sustentado no médio prazo sem pressionar a inflação.

O ano de 1997 vai trazer de novo esse dilema inflação versus desemprego à tona por causa do ajuste fiscal. Para manter a inflação baixa, vai ser necessário cortar gastos governamentais, reduzir o déficit público e vender empresas estatais. Isso aumenta o desemprego no curto prazo, mas prepara a economia para uma nova fase de dinamismo — agora liderada pelo setor privado. Pode-se mesmo afirmar que houve um certo relaxamento na política econômica em 1995/96, não se fazendo praticamente nada após o sucesso do Plano Real, exatamente por causa desse medo de provocar desemprego. Já que a inflação havia baixado violentamente sem grandes recessões em 1994, para que serviria tomar medidas impopulares na área fiscal em 1995 e 1996 senão para provocar desemprego e conseqüentemente atritos políticos? O relaxamento é compreensível politicamente, mas tecnicamente errado. Isso porque aquilo que talvez objetivasse apenas evitar desemprego no curto prazo (não fazer nada) certamente poderia terminar por ameaçar reconduzir a economia ao pior dos mundos, ou seja, o mundo em que o Brasil viveu entre 1981 e 1993 — 13 anos de recessão e hiperinflação (com alguns interregnos como 1986).

Vamos usar como exemplo o que tem acontecido no Chile para definir uma posição ideal ou ótima em matéria de bem-estar: uma taxa de crescimento anual do PIB real superior à taxa de inflação. Isso ainda não aconteceu no Brasil — nem em 1970/73 nem em 1994/96 — mas aconteceu em outros países, como o Chile. Nós queremos ver o Brasil crescendo mais de 7% ao ano — preferencialmente até mais de 10% ao ano durante algum tempo — e, ao mesmo tempo, com uma inflação abaixo de 7% ao ano (ou abaixo de 10% ao ano no exemplo preferencial). Isso é perfeitamente possível a partir de 1998, se tivermos finalmente o esperado ajuste fiscal e a esperada aceleração do programa de privatização. O governo precisa fazer em 1997 o que não fez em 1995 nem em 1996, para não desperdiçar a evidente melhoria de bem-estar da população como um todo desde 1994, principalmente para os mais pobres.

